

# O SNESUP FRANCÊS SAI UNIDO E FORTALECIDO DO SEU CONGRESSO DE ORIENTAÇÃO

Tradução de **Maria Teresa Nascimento**

*Foi no passado mês de Junho, apesar das ainda difíceis condições sanitárias, que cerca de 130 delegados se reuniram durante três dias na Universidade de Rennes 2, em França, em congresso de orientação da União Nacional do Ensino Superior (SNESUP) de França.*

**E**m França, o SNESUP, principal sindicato do ensino superior<sup>1</sup>, faz parte da Unitary Union Federation (FSU), que, com os seus 130.000 membros, é o principal sindicato educacional. 34,2% dos delegados manifestaram-se neste congresso – o que representa uma taxa de participação particularmente elevada em relação ao congresso anterior (24,4%) – e 72,73% aprovaram o relatório de actividades.

## **JUNTOS, O FUTURO**

Neste congresso, o SNESUP reafirmou que, mais do que nunca, é necessário ampliar e difundir o conhecimento para enfrentar os desafios que hoje se deparam à nossa sociedade. O Ensino Superior e a Investigação, como lugar de produção e difusão do conhecimento, como lugar de desenvolvimento do pensamento crítico das gerações futuras, ocupa

obviamente um lugar central. Face à importância deste objectivo para a própria democracia, num momento em que assistimos ao surgimento de totalitarismos políticos e religiosos, o SNESUP-FSU reafirma a importância do Ensino Superior e da Investigação como serviço público, ao serviço de toda a população, acessível a todos, incluindo estudantes nacionais e estrangeiros. À semelhança do SNESup português, consideramos que este serviço público deve ser prestado por quadros permanentes, cujo estatuto garanta, precisamente, a independência face aos *lobbies* políticos, religiosos ou económicos, permitindo-lhes trabalhar em prol do interesse comum. Como tal, a defesa das liberdades académicas surge como uma questão central no cerne do exercício independente da nossa profissão e historicamente constitutiva da razão de ser das universidades. E é movidos por este desígnio comum que nos unimos agora, ▶



**ANNE ROGER**

SECRETÁRIA-  
-GERAL DO  
SNESUP-FSU



**MICHEL MARIC**

CO-RESPONSÁVEL  
INTERNACIONAL



O artigo traduzido não segue o novo acordo ortográfico.

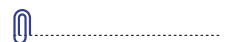


a nível internacional, ao SNESUP português — que nos deu a honra de estar presente no nosso Congresso — no seio de uma vasta rede que queremos construir com outros sindicatos na defesa da liberdade académica, face à ascensão dos totalitarismos e ao desejo de mercantilização do Ensino Superior e da Investigação, que progressivamente corre o risco de fazer perigar a própria ideia de Universidade.

#### EMMANUEL MACRON MULTIPLICOU OS ATAQUES CONTRA O ENSINO SUPERIOR...

Em França, este congresso constituiu-se como a ocasião para começar a fazer o balanço da presidência de Emmanuel Macron. E o balanço é pesado. Desde que assumiu a Presidência da República, as múltiplas reformas realizadas têm vindo sistematicamente a contrariar o interesse geral anteriormente referido. A chamada lei de “Orientação e Sucesso dos Estudantes”, *Parcoursup*, o dispositivo “Bem-Vindo em França”, que aumenta consideravelmente as taxas de inscrição universitária para estudantes fora da União Europeia, agravou a selecção social. Uma “lei de transformação da função pública” que, na realidade, é uma lei de destruição do

serviço público, e visa “gerir” o serviço público como uma vulgar empresa, já está a ter consequências nefastas para o Ensino Superior e Investigação, de entre as quais o sofrimento laboral que tem aumentado muito nos últimos anos. Uma simples decisão do poder executivo (falamos em França de uma “portaria”) permitiu a criação de estabelecimentos experimentais (EPE) que, de experimental têm, sobretudo, o facto de derrogar muitíssimas regras do Código de Educação e de pôr em perigo a democracia universitária e os direitos do pessoal. A formação de professores do ensino básico e médio, embora permaneça nos institutos universitários, tem sido ela própria objecto de muitas hesitações e de vários projectos de reforma, conduzindo, em última instância, a uma acentuada deterioração da formação, à precariedade dos professores estagiários para dar origem a um ingresso degradado nas profissões de ensino. Numa época em que existe uma terrível escassez de professores em França, é dado constatar que os dogmas liberais caros a este Presidente dão origem a decisões tão absurdas quanto ineficazes, como o confirma, aliás, a recente lei de programação da Investigação, que foi amplamente



1  
O SNESUP-FSU teve 32,17% de votos nas últimas eleições.

***“estamos particularmente atentos a uma evolução resultante destas reformas que, longe de tender para uma maior igualdade, ameaça fortemente a igualdade entre mulheres e homens.”***

rejeitada pela comunidade universitária. Não somente essa lei não resolve o subfinanciamento da investigação em França, como também continua a destruição dos estatutos do pessoal num contexto de concorrência generalizado, enveredando pela contractualização antes da efectivação do corpo de professores universitários e multiplicando os contratos que reforçam ainda mais a precariedade e as desigualdades. Mais: essa lei anuncia também o fim da avaliação nacional por pares, em favor de uma avaliação local liderada por presidentes de universidade.

E podemos acrescentar a tudo isto uma deterioração do orçamento do Ensino Superior e da Investigação, o estrangulamento financeiro das universidades, a chamada à abertura de projetos condicionada à reestruturação das instituições ou à conversão do ensino na modalidade da educação à distância; a ausência de criação de emprego apesar do crescimento demográfico e do aumento do número de alunos; o conseqüente aumento da precariedade que atingiu níveis que se tornaram insuportáveis; o aumento das taxas de matrícula, etc. Faltar-nos-ia o espaço, se quiséssemos ser exaustivos para dar conta de todos os ataques e contratemplos que acabam por degradar o serviço público oferecido aos nossos alunos, degradar as condições de trabalho e aumentar o sofrimento no trabalho. Acrescentemos, ainda, que tudo isso é feito

por uma ministra, Mme. Frédérique VIDAL, que regularmente nos brinda com o seu desprezo e que é mestra na provocação que chegou a um nível que não conhecíamos há muito tempo nas nossas relações com o Ministério do Ensino Superior e Investigação.

### **... O QUE REQUER UMA COMBATIVIDADE SINDICAL ACRESCIDA**

Perante todos estes ataques ao serviço público do Ensino Superior e da Investigação, e aos nossos estatutos ou às próprias condições em que exercemos a nossa profissão, o nosso sindicato aproveitou a oportunidade deste congresso para reafirmar as suas posições, para construir propostas rigorosamente alternativas e, também, para reflectir sobre novas formas de ação.

Em primeiro lugar, fortalecemos os nossos mandatos e a nossa organização na luta contra a precariedade. Da mesma forma, estamos particularmente atentos a uma evolução resultante destas reformas que, longe de tender para uma maior igualdade, ameaça fortemente a igualdade entre mulheres e homens. Em termos do que deveria ser óbvio, vemo-nos confrontados, inclusive, com a necessidade de reivindicar, para os universitários, o tempo necessário para projectos de longo fôlego, diariamente insultados pela operacionalização de chamadas de projectos e pelo aumento da precariedade. Analisámos a ineficácia desse método de financiamento da investigação, que tem o principal mérito de destruir o serviço público, assim como pudemos avaliar o baixo impacto de uma grande despesa tributária, o Crédito Fiscal de Pesquisa, que financia as empresas, mas com uma eficiência muito menor do que o financiamento recorrente concedido a um laboratório. Mostrámos, inclusive, é claro, aos nossos colegas, até que ponto este modo de financiamento ameaça destruir a própria confiança que os estudantes podem depositar em nós.

No plano pedagógico, a crise sanitária impôs metodologias de ensino à distância. O ministério do Ensino Superior e Investigação aproveitou a oportunidade para impor uma hibridização duradoura do nosso ensino, pensando, assim, poder fazer face, ao mesmo

tempo, ao acréscimo de alunos sem criação de quadros docentes, e ao desígnio da “produtividade” para promover a mercantilização do número de diplomados e lançar as bases para uma globalização do Ensino Superior e da Investigação baseada na competição entre todas as universidades. Ao documentar o insucesso pedagógico a que isto conduz, desde já, reafirmámos que o ensino presencial a 100% dos estudantes deve ser a norma para o sucesso do maior número. Neste congresso, fomos mandatados, por um lado, para o uso racional de ferramentas digitais, preservando a relação aluno-professor e, por outro, para a melhoria das condições de exercício da profissão de professor<sup>2</sup>.

Por fim, este congresso foi uma oportunidade para reflectir e definir novas modalidades de acção. Questionámo-nos, em particular, sobre a ajuda que o nosso sindicato deve ser capaz de proporcionar a todos os colegas, sejam eles ou não associados, ainda mais num contexto de crise sanitária que ameaça a nossa capacidade de acção colectiva. A título de exemplo, a repressão de activistas, bem como de colegas em geral, por meio de processos abusivos, exige o fortalecimento de nosso apoio jurídico. A luta contra a precariedade exige o reforço da nossa capacidade de acolher e apoiar os colegas precários e de fazer um balanço nacional e local das várias situações. A nossa comunicação será fortalecida e as nossas formas de actuação serão renovadas para travar sistematicamente a batalha pela opinião pública, nomeadamente por meio das redes sociais. De uma maneira geral, trata-se de quebrar o isolamento em que muitos colegas se encerraram perante o rolo compressor das reformas governamentais e da ameaça de um desenvolvimento absurdo e degradado das nossas profissões. •



**2**  
Os nossos colegas francófonos poderão encontrar o registo detalhado deste mandato, assim como de todos os outros, no dossier do nosso boletim mensal consagrado a este congresso, consultável em: <https://www.snesup.fr/article/mensuel-ndeg-697-septembre-2021>



Mariana Gaio Alves (esq.), presidente do sindicato português e Anne Roger (dir.), presidente do sindicato francês